



Peiro Franco/Agência Senado

## Senado debate regras para parceria entre ONG e governo

Comissão realizará hoje audiência pública com representantes das entidades e do poder público para discutir marco regulatório proposto por Aloysio Nunes

Atualmente, várias normas esparsas tratam dos convênios celebrados entre ONGs e as três esferas do poder público (União, estados e prefeituras). O senador Aloysio Nunes Ferreira apresentou projeto de lei criando o marco regulatório do setor, com o objetivo de unificar a legislação, garantir a transparência das parcerias e facilitar o controle. Neste momento, a proposta é

analisada pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, que, para melhor avaliá-la, ouvirá hoje representantes do governo e das ONGs sobre o texto. Aloysio, ao redigi-lo, considerou recomendações feitas em 2010 pela CPI das ONGs, que investigou desvios de verba pública em diversos convênios firmados entre essas entidades e o governo federal. **4**

### Seminário apresenta alternativa para investimentos em educação

Seminário no Senado discutiu ontem o Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação (SNCI), uma

alternativa proposta por Cristovam Buarque ao projeto do Plano Nacional de Educação. **3**

Proposta sobre carros terá decisão terminativa na Comissão de Meio Ambiente

### Veículo fabricado a partir de 2016 poderá ter limites de emissão de CO<sub>2</sub>

Substituto de Flexa Ribeiro a projeto de Gim Argello deve ser votado amanhã pela CMA. O limite

previsto é de 120g de CO<sub>2</sub> por quilômetro para carros fabricados a partir de 2016 e de 95g a partir de 2020. **4**

Lia de Paula/Agência Senado



Walter Garcia, Luiz Pitiman, Cristovam Buarque e Mozart Ramos em debate

Tomás quer mais prazo para discussões sobre o Código Penal **2**

Escola-residência do Rio aposta no protagonismo dos jovens **3**

# .leg

O legislativo mudou de endereço.

www.tcu.leg.br www.senado.leg.br www.camara.leg.br

.leg é o legislativo na internet.



# Tomás quer ampliar debate sobre novo Código Penal

Senador apresentou requerimento para prorrogar prazo de apresentação de emendas ao projeto que atualiza a legislação. Objetivo é aprofundar discussão com profissionais do Direito e setores da sociedade

O PRAZO PARA apresentação de emendas ao projeto de lei que reforma o Código Penal poderá ser prorrogado. Tomás Correia (PMDB-RO) comunicou em Plenário, na sexta-feira, que apresentou requerimento com esse objetivo à comissão temporária que analisa o tema.

Segundo o senador, o prazo deve ser mantido até a realização de audiências públicas e demais diligências necessárias ao aprimoramento do texto (PLS 236/12).

Ele lembrou que a atualização do Código Penal tem gerado discussões e críticas, tanto pelos profissionais do Direito como por vários setores da sociedade, o que exige ampliação do prazo.



Tomás lembra que OAB também quer debate da matéria em todo o país

— A matéria merece um debate maior e mais profundo pela comunidade científica de operadores jurídicos, Igreja, organizações que cuidam dos direitos fundamentais e sociedade em geral — disse.

O senador informou que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) enviou ofício ao presidente do Senado, José Sarney, pedindo suspensão do projeto para que haja debate em todo o território nacional sobre a matéria.

Tomás leu correspondência enviada pelo jurista René Dotti, que integrou a comissão responsável pelo anteprojeto de reforma do código.

No texto, Dotti ressalta que “a história e o papel do Senado Federal não podem ser comprometidos pela aprovação de uma proposição que está sofrendo legítimas, lúcidas, indispensáveis e competentes críticas concebidas e manifestadas no melhor sentido do interesse público”.

## Suplicy agradece Prêmio Congresso em Foco de “Senador do ano”

Vencedor pela primeira vez do Prêmio Congresso em Foco, na categoria “Senador do ano”, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse, na sexta-feira, estar muito honrado com a premiação. Ele foi escolhido pelos internautas no site *Congresso em Foco*.

Ao todo, 51 senadores e deputados foram agraciados na cerimônia da sétima edição do prêmio, realizada na quinta-feira em Brasília.

Para Suplicy, a ideia do Prêmio Congresso em Foco incentiva o cidadão a acompanhar o Legislativo e valoriza os parlamentares.

— Isso constitui um estímulo para que eu possa continuar trabalhando da melhor forma possível — disse.



Senador foi escolhido por internautas



Eurico Galhardi, presidente do Conselho Diretor da associação, e José Sarney

## José Sarney recebe homenagem pela criação do vale-transporte

O presidente do Senado, José Sarney, foi homenageado pela Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU), em cerimônia na sala da Presidência. Sarney recebeu a Medalha do Mérito Precursor do Vale-Transporte, honraria concedida a 26 personalidades que lutaram pela consolidação do benefício aos trabalhadores brasileiros.

— É a maior prova de agradecimento ao presidente Sarney porque ele é o pai, ele é o tutor do vale-transporte

— disse o presidente do Conselho Diretor da NTU, Eurico Galhardi.

Em agosto de 1985, quando era presidente da República, Sarney enviou ao Congresso projeto do Executivo propondo a criação do vale-transporte. Depois da aprovação pelos parlamentares, Sarney sancionou em dezembro daquele ano a Lei 7.418/85, que instituiu o benefício. Dois anos depois, ele sancionou a Lei 7.619/87, que obriga a concessão do benefício por parte dos patrões.

## Não houve erro no cálculo dos índices dos royalties, diz Vital

Vital do Rêgo (PMDB-PB) esclareceu que não houve erro no cálculo dos índices dos royalties do petróleo de 2012 a 2020. Na verdade, disse ele, foi detectada uma imprecisão entre o Parecer 1.109/11, aprovado no Senado, e o texto final enviado à Câmara dos Deputados.

O parecer, com tabela, apresenta claramente a repartição dos royalties, perfazendo um total de 100%.

Mas, na adequação da tabela ao texto final enviado à Câmara, houve a imprecisão: não foi explicitada na redação a diminuição

de 3% para 2%, a partir de 2017, no valor referente aos municípios afetados. Essa redução é necessária devido ao incremento, previsto a partir daquele ano, dos percentuais para o fundo especial a ser distribuído a todos os estados e municípios

O reparo na redação do texto final já foi feito pelo Senado a partir de ofício lido em Plenário por Vital do Rêgo. O texto enviado à Câmara seguirá agora para sanção, segundo o senador, “reproduzindo fielmente o que foi aprovado pelos senadores”.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



SEGUNDA

### PLENÁRIO: Sessão para debates

14h A sessão é não deliberativa, sem votação de projetos.

### CMA: Parcerias com ONG

8h30 Debate sobre parcerias entre administração pública e ONGs terá Vera Maria Ribeiro, da Abong.

### CPI DO TRÁFICO DE PESSOAS: Salvador

9h Audiência pública ouve, entre outros, o juiz Luiz Roberto Cappio, na Assembleia Legislativa da Bahia.

TERÇA

### CAE: Imposto de Renda

10h Projeto em pauta permite dedução do IR de contribuição previdenciária em nome de dependente sem rendimentos.

### CE: Punição para pais

11h Projeto em pauta prevê que pais que não forem à escola para acompanhar desempenho do filho poderão ser punidos.

### CMA: Selo Verde

11h30 Projeto de lei em pauta cria o Selo Verde Preservação da Amazônia, para produtos oriundos da Zona Franca de Manaus.

SEGUNDA

### CMMC: Planos setoriais

14h Audiência debate com especialistas os planos setoriais de mitigação e de adaptação à mudança do clima.

### CPI DA MULHER: Mato Grosso do Sul

14h Comissão faz debate em Mato Grosso do Sul com o secretário de Segurança Pública, Wantuir Jacini, e o presidente do TJ-MS, Hildebrando Coelho Neto.

### SÃO FRANCISCO: Transposição

14h30 Instalação da Comissão Especial da Transposição do Rio São Francisco. Também serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado.

QUARTA

### CCT: Doenças raras

9h Na pauta, projeto que cria o Fundo Nacional de Pesquisa para Doenças Raras e Negligenciadas e projetos de permissões de radiodifusão.

### CCI: Remédio falso

10h Comissão analisa, entre outros, projeto que determina a competência da Polícia Federal para apurar crime de falsificação e adulteração de medicamentos.

## SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



## TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

## MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney

**Primeiro-vice-presidente:** Anibal Diniz

**Segundo-vice-presidente:** Waldemir Moka

**Primeiro-secretário:** Cícero Lucena

**Segundo-secretário:** João Ribeiro

**Terceiro-secretário:** João Vicente Claudino

**Quarto-secretário:** Ciro Nogueira

**Suplentes de secretário:**

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

**Diretora-geral:** Doris Peixoto

**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

## SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Fernando Cesar Mesquita

**Diretor de Jornalismo:** Davi Emerich

## AGÊNCIA SENADO

**Diretor:** Mikhail Lopes (61) 3303-3327

**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Milena Galdino

**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Diretor:** Eduardo Leão (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Flávio Faria

**Editores:** Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burtle

**Diagramação:** Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

**Revisão:** André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333



Convidados debatem a aplicação de recursos em educação durante seminário com a participação de Cristovam Buarque (E)

## Cristovam propõe Sistema Nacional do Conhecimento

Seminário com especialistas discutiu no Senado a implantação de alternativa ao Plano Nacional de Educação, para intensificar o desenvolvimento por meio do investimento em ensino e pesquisa

A CRIAÇÃO DO Sistema Nacional do Conhecimento e Inovação (SNCI), proposta por Cristovam Buarque (PDT-DF), foi discutida sexta-feira em seminário no Senado. O SNCI seria alternativa ao 2º Plano Nacional de Educação (PNE), cujo projeto já foi aprovado na Câmara, agora tramita no Senado e foi elaborado por pesquisadores e especialistas em educação. O seminário foi promovido pela Comissão de Educação (CE) e pela Frente Parlamentar Mista para o Fortalecimento da Gestão Pública, em que Cristovam é coordenador de educação.

Um dos autores da proposta, Waldery Rodrigues Júnior, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), lembrou que a implantação do sistema está prevista em cinco partes, conforme detalhado em quase 50 páginas: “Revolução na educação básica”, “Fundação de um novo sistema universitário”, “Ampliação de institutos de pesquisas”, “Bases para a produção criativa no setor produtivo” e “Fortalecimento do entorno social favorável ao conhecimento e à inovação”.

### Exemplo sul-coreano

Para reiterar a importância do sistema, o professor Marcos Formiga, da Universidade de Brasília, citou a Coreia do Sul, que tem algo equivalente a um ministério de economia e conhecimento. Ele destacou que o investimento em educação naquele país foi prioridade por décadas. Como resultado, Formiga citou avaliações que apontam o Brasil como 10ª economia em termos industriais, enquanto a Coreia do Sul seria a 11ª. Para ele, não há dúvida sobre quem vai ganhar a disputa entre “a indústria tradicional brasileira e a indústria moderníssima e tecnologicamente avançada da Coreia do Sul”. Outro exemplo de investimento citado pelo professor foi o da Índia, que mantém comissão específica para a questão.

— A China será nos próximos anos a maior economia do mundo. Mas, em cerca de 40 anos, será ultrapassada pela Índia — projetou Formiga.

Ele acrescentou que o que deve guiar o Brasil não é mais o modelo ocidental europeu e americano. Na Coreia do Sul, segundo ele, os governantes fizeram o dever de casa, honraram o compromisso nacional com a educação e agora estão numa fase posterior, na qual o desafio é o conhecimento.

### Qualidade

Rodrigues Júnior alertou para a necessidade de discutir a forma de aplicação dos recursos em educação

previstos no projeto de PNE em tramitação no Senado. Para ele, tão importante quanto a quantidade, é a qualidade do investimento.

— O PNE traz a exigência de investimento de 10% do produto interno bruto (PIB) em educação. Isso é muita coisa, um valor elevado e que precisa ser discutido — recomendou o representante do Ipea.

O pesquisador lembrou que o percentual de investimento no setor atualmente é de 5,7% do PIB brasileiro, algo em torno de R\$ 236,1 bilhões, levando-se em consideração a renda nacional de 2012, calculada em R\$ 4,143 trilhões.

## Escola Sesc é apontada como referência para o ensino médio

Cristovam participou, também na sexta-feira, de outro evento sobre educação promovido pela frente parlamentar: o *Seminário Gestão Escolar*, em que foram discutidas propostas para aumentar a qualidade do ensino médio público.

A Escola Sesc de Ensino Médio, no Rio de Janeiro, foi citada como modelo: uma escola-residência, que abriga alunos de todas as partes do país. Todos eles têm bolsa integral e não pagam para cursar o ensino médio com um programa acadêmico individualizado em turmas de no máximo 15 alunos.

— Trabalhamos num conceito de gestão escolar que considera o protagonismo juvenil, ouvindo os jovens — afirmou o diretor substituto da instituição, Antonio Viveiros.

No Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011, a escola foi a 23ª colocada no ranking nacional. A média de aprovação nos vestibulares, segundo o diretor substituto, é de 95%.

Participantes do seminário afirmaram que a escola tem infraestrutura adequada e horário integral, quesitos que fazem parte da proposta de federalização da educação de base que é defendida por Cristovam.

A federalização inclui a criação de uma carreira nacional do magistério com salários de R\$ 9 mil para professores. Para permanecer no trabalho, esses professores teriam de passar por avaliações periódicas.

Para Walter Garcia, um dos fundadores do Instituto Paulo Freire, o país precisa de um salário que atraia e mantenha as pessoas mais capazes na carreira de docente.

— Investir no professor salva o PNE, que está sendo discutido agora, e salva o país de mais um fracasso anunciado — afirmou.

Presidente da frente parlamentar, o deputado Luiz Pitiman (PMDB-DF) disse que a melhor saída é a meritocracia, com incentivos a professores, diretores, alunos e toda a comunidade escolar.

## Mozarildo pede prioridade para projeto sobre Amazônia

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) quer agilizar a votação de projeto que institui a Política Nacional de Defesa e de Desenvolvimento da Amazônia e da Faixa de Fronteira (PLS 380/12). O texto foi elaborado pela Subcomissão Permanente da Amazônia e da Faixa de Fronteira, ligada à Comissão de Relações Exteriores (CRE).

— A CRE aprovou regime de urgência para esse projeto, que está na Mesa. Vou falar com o presidente do Senado, José Sarney, para que coloque em votação no Plenário — disse.

O senador destacou a importância de ações integradas na defesa da região, para superar fragilidades, e apontou medidas para o desenvolvimento da Amazônia.



Senador aponta medidas para o desenvolvimento da região

— Precisamos dar melhores condições a quem mora na Amazônia e nas faixas de fronteira, com assistência à saúde, oportunidades de educação, emprego, moradia e infraestrutura — citou.

Ele sugeriu, por exemplo, que o governo dê estímulos a profissionais que atuam na Amazônia, com remuneração diferenciada para professores de universidades federais.

## Jucá saúda intenção do governo de remontar assistência rural

Romero Jucá (PMDB-RR) saudou o compromisso do governo federal de remontar o serviço de assistência rural. A medida foi divulgada pelo ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro Filho, durante audiência da Comissão de Agricultura, na quinta-feira.

— É importante ter uma empresa nacional que cuide da extensão rural — afirmou.

O senador informou que projeto de lei para criação de empresa estadual com essa missão já tramita na Assembleia Legislativa de Roraima.

Jucá concordou com a crítica de Tomás Correia (PMDB-RO) ao Decreto 6.961/09, que exclui a região amazônica do zoneamento agroecológico para cana-de-açúcar.



Roraima já tem projeto de lei sobre empresa de extensão rural, diz Jucá

— Peço aos ministros da Agricultura e do Meio Ambiente que levem em conta o zoneamento agroecológico dos estados — disse.

Jucá fez ainda um resumo da agenda do governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, com reuniões em vários ministérios: Minas e Energia, Integração Nacional e Meio Ambiente.

## Rolleberg elogia adesão a rede mundial sobre biodiversidade

A adesão do Brasil à Plataforma Internacional de Informação sobre Biodiversidade foi apoiada por Rodrigo Rolleberg (PSB-DF), em discurso no Plenário. A plataforma é uma rede mundial de dados sobre biodiversidade, na internet, com acesso livre.

A partir da plataforma, informou o senador, dados dispersos em linguagens de informática diferentes serão reunidos e padronizados, facilitando o acesso. A plataforma integra esforços mundiais para conservar a biodiversidade e compatibilizar desenvolvimento e proteção do meio ambiente.

— Esse é um dos nossos grandes desafios da agenda



Rolleberg: luta para compatibilizar desenvolvimento e conservação

pós-Código Florestal: fazer com que o Brasil continue sendo um grande produtor de alimentos, mas também garantindo sustentabilidade na produção agrícola.

O senador destacou ainda a 8ª Conferência Internacional em Ecoinformática, dia 3 de dezembro na UnB, sobre tomada de decisão na conservação da biodiversidade.

Representantes de entidades e do governo discutirão hoje, em audiência, proposta de Aloysio Nunes de marco regulatório do setor

# Senado debate projeto que cria regras para convênios do governo com ONGs

O SENADO PROMOVE hoje audiência pública para ouvir a opinião de especialistas sobre um projeto de lei que estabelece regras para as parcerias firmadas entre o poder público e as organizações não governamentais (ONGs).

Esse tipo de convênio é assinado para que a ONG realize trabalhos que são de responsabilidade do governo federal, dos estados ou das prefeituras. Em troca, ela recebe dinheiro público para executá-los.

Hoje em dia, o que há são normas esparsas (leis, decretos, portarias). Falta o marco regulatório, uma lei que englobe todo o mundo das relações entre o poder público e as entidades privadas sem fins lucrativos — prevendo, por exemplo, os instrumentos que o governo usará para avaliar o serviço prestado pelas ONGs e as punições que serão aplicadas às entidades que desviarem verba ou não realizarem o trabalho a contento.

A audiência pública de hoje, na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e



Aloysio propõe normas para parcerias com organizações não governamentais

Fiscalização e Controle (CMA), debaterá o marco regulatório proposto pelo senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) no projeto PLS 649/11.

Segundo o IBGE, existem mais de 300 mil ONGs no Brasil.

— É um universo imenso de gente dedicada a fazer o bem aos outros. Acontece que, nos últimos anos, essa boa ideia acabou sendo pervertida. Há um vazio de normatização — afirma Aloysio.

Para a audiência, foram convidados representantes da Associação Brasileira de Organizações não Governamentais (Abong), do Tribunal de Contas da União (TCU),

da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Secretaria-Geral da Presidência da República.

## CPI das ONGs

Entre 2007 e 2010, o Senado realizou uma grande investigação sobre o tema — a CPI das ONGs. O relatório final da CPI citou, por exemplo, o caso Finatec, uma das fundações de apoio da Universidade de Brasília (UnB). O escândalo estourou quando veio a público que a Finatec, que recebia verbas federais para realizar cursos e pesquisas na universidade, havia arcado com a decoração da casa do reitor da universidade na época, Timothy Mulholland

— que acabou renunciando.

Mais recentemente, em 2011, surgiram denúncias de irregularidades, como desvio de verba, nos convênios celebrados entre o Ministério do Esporte e as ONGs encarregadas de tocar o Programa Segundo Tempo, de atividades esportivas para jovens carentes. O então ministro, Orlando Silva, teve de deixar o cargo — ele mais tarde foi absolvido pela Comissão de Ética Pública da Presidência.

Segundo a proposta de Aloysio, antes de firmar a parceria, o governo deverá realizar um concurso público, para que várias ONGs se candidatem em igualdade de condições. Elas precisarão provar que têm condições técnicas de executar o trabalho. O projeto prevê prisão para o gestor público e o dirigente de ONG que desrespeitarem a nova lei.

A proposta está na CMA. Depois, irá para as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Constituição e Justiça (CCJ). Sendo aprovada no Senado, será enviada à Câmara dos Deputados.



Senador diz que seguradoras tiveram lucro de R\$ 3 bilhões no ano passado

## Davim quer corrigir valor de indenização paga pelo DPvat

Paulo Davim (PV-RN) disse na sexta-feira que o valor das indenizações por morte ou invalidez em acidentes de trânsito, congelado desde 2007, deveria ser vinculado aos reajustes anuais do DPvat — o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre.

Segundo o senador, em 2011 as seguradoras tiveram lucro de R\$ 3 bilhões ao arrecadar R\$ 5 bilhões do seguro obrigatório e gastar pouco mais de R\$ 2 bilhões para indenizar os acidentados. Ele deve apresentar projeto de lei tratando do tema.

— Não é justo a emissão das apólices e do bilhete do seguro obrigatório sofrerem reajustes e o pagamento das indenizações estar congelado. Nós precisamos corrigir essa distorção — afirmou.



Limite previsto é de 120g de CO<sub>2</sub> por quilômetro para veículos leves fabricados a partir de 2016 e de 95g a partir de 2020

## Carro fabricado a partir de 2016 pode ter emissão de CO<sub>2</sub> limitada

Proposta que estabelece níveis máximos de emissão de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) por veículos leves fabricados no Brasil pode ser aprovada pela Comissão de Meio Ambiente (CMA) amanhã, às 11h30, em decisão terminativa.

O limite previsto é de 120 gramas de gás carbônico por quilômetro para os veículos fabricados a partir de 2016 e 95 gramas para os fabricados a partir de 2020.

O projeto (PLS 55/08), de Gim Argello (PTB-DF), foi modificado pelo relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O texto original previa a redução de 10% do consumo de combustíveis dos veículos produzidos no

país, em relação aos valores verificados na data da publicação da nova lei. O relator considerou que seria praticamente impossível aferir os valores devido à falta de um método universalmente aceito e à ocorrência de variação de consumo entre modelos vendidos pelas montadoras.

Flexa também considera que a modificação proposta por Gim contém “matéria estranha” à lei a ser modificada (Lei 8.723/93), que trata da emissão de poluentes por veículos automotores, mas não de dióxido de carbono. Para solucionar o problema, o relator especificou limites de emissão e não níveis de consumo de combustível,

como sugeria o autor.

Ele informa ainda que os limites de emissão fixados no PLS 55/08 são iguais aos adotados pela União Europeia.

## Selo Verde

A CMA também deve votar em decisão terminativa o PLS 185/11, que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia, com o objetivo de atestar a adequação ambiental de produtos da Zona Franca de Manaus, de zonas de processamento de exportação (ZPEs) e de áreas de livre comércio localizadas na região amazônica.

Originalmente, o projeto de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) tratava apenas

de produtos da Zona Franca de Manaus, mas Jorge Viana (PT-AC) apresentou emenda que amplia o alcance, acatada pelo relator, Cícero Lucena (PSDB-PB).

Para receber o selo, o produto deve ser fabricado de acordo com a legislação ambiental e sem exercer pressão sobre a floresta. Deve ser produzido com baixo consumo de energia, água e outros insumos e com baixa ou nenhuma emissão de gases de efeito estufa ou que afetem a camada de ozônio.

Também deve ter boa durabilidade e prever a possibilidade de reúso ou reciclagem do próprio produto e da embalagem.

## Cristovam critica contrato de limpeza urbana do DF

Cristovam Buarque (PDT-DF) questionou a intenção do governo do Distrito Federal de substituir o Serviço de Limpeza Urbana (SLU) por uma empresa privada. Ele disse ter informação de que a empresa ficaria encarregada de todo o ciclo do lixo, da varrição ao tratamento dos resíduos sólidos, pelo prazo de 30 anos, por R\$ 13 bilhões.

— As empresas sofrem problemas de continuidade — disse, alegando que o prazo de 30 anos é longo demais.

Cristovam questionou a razão de não terem sido divulgados estudos de viabilidade técnica e econômica nem os anexos do edital do contrato. Segundo ele, a taxa provavelmente será reajustada e muitos empregos estão em risco.

— O que o governador Agnelo Queiroz vai fazer com os servidores da limpeza urbana?

O senador levantou dúvidas também sobre a intenção de incluir no contrato o tratamento e a disposição final de todos os resíduos sólidos dos serviços de saúde.

Se isso se concretizar, acrescentou, o contribuinte “pagará a conta” da destinação do lixo produzido pelos hospitais privados.